

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

LINDYBERG PEREIRA DA SILVA

A LIBERDADE EM KANT
Liberdade Enquanto Uma Possibilidade

JOÃO PESSOA
2017

LINDYBERG PEREIRA DA SILVA

A LIBERDADE EM KANT

Liberdade Enquanto Uma Possibilidade

Monografia submetida à coordenação do curso de filosofia, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB - como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de graduado em Filosofia sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria clara Cescato.

JOÃOPESSOA
2017

Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Silva, Lindyberg Pereira da.

A liberdade em Kant: liberdade enquanto uma possibilidade /
Lindyberg Pereira da Silva. - João Pessoa, 2017.

29 f.

Monografia (Graduação em Filosofia) – Universidade Federal da
Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Clara Cescato.

1. Liberdade. 2. Razão. 3. Vontade. 4. Dever. I.Kant. II.Título.

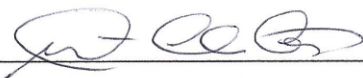
BSE-CCHLA

CDU 1(043)

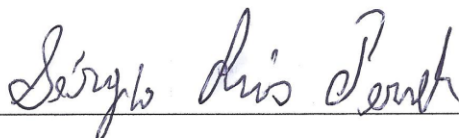
Lindyberg Pereira da Silva

A LIBERDADE EM KANT
Liberdade Enquanto Uma Possibilidade

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado no Curso de Filosofia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, com a nota 9,0 pela banca examinadora:



Prof. Dr.ª Maria Clara Cescato
Orientadora e Presidente



Prof. Dr. Sérgio Luís Persch
Examinador



Me. Ivonaldo Correia Dantas
Examinador

João Pessoa, 06/06/2017

Dedicado a minha mãe
e ao meu filho o fruto
desse trabalho, que é
minha inspiração para
seguir sempre lutando.

AGRADECIMENTOS

Aos meus Pais, Geraldo Tavares da Silva e Eroneide Pereira da Silva, a meu Filho Francisco Hundley e as Minhas Primas Jusciele Martins e Lorymelry Martins que sempre me motivaram a seguir em frente.

Agradeço a todos os professores que tive a honra de ter na minha caminhada acadêmica até o momento, em Especial a Prof. Dr^a. Cândida Jaci de Sousa Melo, Pelo carinho e orientação nessa caminhada acadêmica. A meus colegas de salas, que sempre me incentivaram a continuar, fazendo com que nascesse sempre em mim a motivação, pelas inspirações de cada um.

Deixo por último meus agradecimentos a Deus. O mais importante, por sempre manter meu coração cheio de fé para encarar as dificuldades da vida.

Chegar ao final de um trabalho como esse sem dúvida é uma realização única, que me enche de orgulho e esperança, e me faz acreditar na possibilidade de algo mais grandioso para o Futuro.

SUMÁRIO

Dedicatória.....	04
Agradecimento	05
Sumario	06
Resumo	07
Abstract	08
1 INTRODUÇÃO	10
2 RAZÃO.....	13
3 A CAUSALIDADE.....	15
3.1 A AÇÃO DE INFERIR ATRAVÉS DO AENSAMENTO.....	15
4 A AUTONOMIA.....	18
5 A RAZÃO E A RELAÇÃO DA VONTADE E O DEVER.....	19
5.1 DISTINÇÃO ENTRE RAZÃO E INSTINTO.....	19
5.2 A VONTADE BOA E O DEVER.....	20
6 A LIBERDADE.....	23
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
8 REFERÊNCIAS.....	29

RESUMO

O conceito de liberdade em Immanuel Kant é traçado levando em conta a razão e os valores morais. Kant traça uma liberdade e a conecta com os princípios do dever, tornando a liberdade uma ação da razão. Essa possibilidade do conceito de liberdade tal como estabelecida na terceira seção da antinomia da Crítica da Razão Pura é vinculada ao problema da ética tal como desenvolvida na Fundamentação da Metafísica dos Costumes. A liberdade será compreendida através da ação da vontade moral. Mas vale ressaltar que esse trabalho, no entanto, não abrangerá toda a obra do autor.

Palavras-chave: Kant; Liberdade; Razão; Vontade; Dever.

ABSTRACT

The concept of freedom in Immanuel Kant is drawn taking into account reason and moral values. Kant traces a freedom and connects it with the principles of duty, making freedom an action of reason. This possibility of the concept of freedom as set forth in the third section of the antinomy of the Critique of Pure Reason is tied to the problem of ethics as developed in the Rationale of Custom Metaphysics. Freedom will be understood through the action of moral will. But it is worth emphasizing that this work, however, will not cover all of the author's work.

Keywords: Kant; Freedom; Reason; Will; To owe.

1 INTRODUÇÃO

Na *Crítica Da Razão Pura* e subsequentemente na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* Immanuel Kant¹ menciona a liberdade como um princípio da moral, tendo a razão como a faculdade responsável pela geração da ideia de liberdade. Para Kant a liberdade não é a condição de agir sem restrições, de agir sem uma lei externa que nos remeta a uma conduta ou punição, e sim a forma como o ser humano age sem se submeter às vontades ou às condições externas ou internas. Kant vai chamar esse agir, de agir de forma autônoma. É preciso que o agir tenha autonomia e não seja uma ação determinada por vontade natural ou inclinações naturais. Assim, liberdade implica dizer que há algo no ser humano que serve de princípio para uma vontade e que não se submete a uma vontade exterior ou a impulsos naturais.

O conceito de liberdade é a palavra central do sistema kantiano, pois nesse conceito se encontra a síntese entre as duas críticas, fundamentando a razão prática e a possibilidade entre o conhecimento imaterial. A liberdade é relacionada a vários significados, podemos falar da liberdade individual, liberdade política, livre arbítrio entre outras características. Porém Immanuel Kant irá relacionar a liberdade à condição de escolher e, como essas escolhas são dadas com ou sem influências, o que ele vai chamar de agir ou não agir por inclinações. A liberdade é a capacidade de resistir a todo condicionamento sensível, tanto externo como interno, e poder auto-determinar as próprias ações.

Kant vai lançar suas primeiras posições de forma mais direta, sobre o conceito de liberdade, no final da terceira seção da *Fundamentação da metafísica dos Costumes*, onde diz:

O conceito de liberdade é a chave da explicação da autonomia da vontade. A vontade é uma espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto dotado de razão, e a liberdade seria a propriedade que esta causalidade possuiria de poder agir independentemente de causas estranhas que a determinam; assim como necessidade natural é a propriedade que tem a causalidade de todos os seres desprovidos de razão, de serem determinados a agir sob influência de causas estranhas. (KANT, 2007, p 39)

¹ Immanuel Kant (1727 - 1804). Filósofo Alemão, nascido em Königsberg, elaborador do idealismo transcendental que determina que todos nós trazemos formas e conceitos *a priori* para a experiência. É também conhecido pela sua filosofia moral e pelo seu pragmatismo.

Nesse trecho, Kant mostra que tal conceito torna-se possível por sua relação com a inteligência e capacidade humana de raciocínio, como de autodeterminação sem levar em conta as inclinações sobre a vontade.

Nesse conceito kantiano de liberdade é definido que, quando nós, tal como os animais, buscamos uma vontade para satisfazer nossos desejos ou evitar o sofrimento, agimos por inclinações e não de forma autônoma. Dessa forma, torna-se claro que a razão é uma faculdade relevante para traçar os pontos que levarão ao conceito de liberdade. Por isso veremos a função da faculdade razão e a distinguiremos da função do instinto, para não caminhar de forma paralela e com essa proximidade confundir essas atribuições.

Enquanto a liberdade para Kant apresentar-se como uma possibilidade da razão, ela em contrapartida é, para o senso comum, muitas vezes atribuída até mesmo aos seres que não fazem uso da razão, como aos pássaros. Kant critica esse conceito de liberdade e o conecta indissolúvelmente à razão e a moral humana.

Para chegar ao conceito de liberdade, como desenvolveu Kant, não podemos esquecer que a vontade subordina-se a uma legislação da qual a razão é autora, também vale ressaltar que a mesma se relaciona com a dignidade humana. No que tange à produção de conhecimento, é necessário a existência do objeto que desencadeará a ação do pensamento. Entretanto, é preciso compreender o ser humano como ser pensante e sua condição moral, a existência de um ser pensante é indispensável, pois a esse ser pensante é que cabe através da sensibilidade apreender as impressões.

Para distinguirmos a liberdade corretamente é preciso compreender como essa propriedade age em um ser pensante. Esse conceito de liberdade parece contradizer de forma direta uma das condições de possibilidade da experiência, que é a causalidade natural no mundo sensível. Ainda assim, a noção da liberdade é um conceito da razão teórica, que na luta para chegar ao fim de uma explicação mais clara é levada a admitir a possibilidade de uma causalidade livre incondicional.

Kant irá desenvolver de forma cautelosa o caminho que leva ao conceito de liberdade, por esse caminho precisar ser compreendido junto à moral humana. Quando a razão impõe sua condição sobre a vontade é possível avaliar sua ação seguindo os critérios que torna a ação uma condição universal.

Dentro da filosofia, de forma geral, a liberdade é classificada como a independência do ser humano de agir autonomamente e de forma espontânea poder ser autor de uma nova causa sem efeitos. Contudo, como já iniciamos acima, iremos

analisar o conceito segundo a visão de Kant e como a liberdade é uma possibilidade exclusivamente dos seres racionais. Para uma melhor compreensão do conceito de liberdade, segundo Immanuel Kant, iremos ter que entender a relação da liberdade através dos conceitos de dever, autonomia e vontade.

2 A RAZÃO

Immanuel Kant parte do princípio de David Hume² que diz que todo conhecimento começa empiricamente, mas avança esse conceito ao especificar que, “Todo conhecimento começa pelos sentidos, daí passa ao entendimento e termina na razão [...]” (KANT, 2001, p. 324). Enquanto em David Hume a razão é despertada pelas paixões, para Kant a razão pode ditar ações boas em si. Entretanto, Kant menciona que o conhecimento não se dá unicamente no momento da percepção, é necessário que o entendimento organize os dados sensíveis recebidos e que a razão relacione esses dados com os dados *a priori* do entendimento. “Se o entendimento pode ser definido como a faculdade de unificar os fenômenos mediante regras, a razão é a faculdade de unificar as regras do entendimento mediante princípios” (KANT, 2001, p. 326).

Assim, analisando a questão do conceito de liberdade, percebemos que a busca da liberdade é o que se pode ter como sendo inerente ao ser humano, pois a faculdade da razão é operadora para essa condição do agir autônomo. Hume expõe que a moral tem prevalência no agir e pensar humano, pois “a moral desperta paixões, e produz ou impede ações. A razão, por si só, é inteiramente impotente quanto a esse aspecto. As regras da moral, portanto, não são conclusões de nossa razão” (HUME, 2009, p. 497).

Nesse aspecto, podemos dizer que Hume vê as paixões como influenciadora da razão, se a razão é subordinada às paixões como menciona Hume, não haverá um agir livre de influencia. Kant contradiz Hume, pois vai esclarecer que é a razão que tem papel de condutora da ação e não o contrário como citou Hume. O filósofo empirista descarta a ideia de um agente livre, capaz de um juízo livre puro, pois ele parte sempre das inclinações da percepção, onde recorre às paixões como condutoras da razão.

Kant esclarecerá que é preciso que a razão, levando em conta a moral, siga o caminho da vontade boa para a formação de um juízo de caráter ético, que determine o agir do ser humano no dever e vise sempre o outro como fim em si mesmo e nunca como meio para atingir um fim.

² David Hume (1711 - 1776) foi um filósofo historiador e ensaísta britânico que se destaca por ser um empirista radical.

O ser humano tem uma liberdade autônoma e deve basear sua conduta no livre arbítrio, guiando-se por leis éticas, de forma que sua conduta prática atenda a ética. Para Kant, a razão por meio dos princípios morais, é condição necessária para que haja liberdade.

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* Kant menciona que cada coisa na natureza opera segundo leis, dessa forma poderemos entender que o ser humano é um ser racional, por isso tem a faculdade de agir segundo a representação de leis, isto é, segundo princípios, ou uma vontade. Quando entendemos que a natureza opera segundo leis, nos vem logo à mente a relação entre causa e efeito, uma relação de condicionalidade que se torna uma cadeia contínua. Porém, essa ação é no plano dos fenômenos onde toda causa está ligada a um efeito.

3 A CAUSALIDADE

Para melhor entender sobre a causalidade iremos primeiro ver o conceito em David Hume, é preciso destacar a condição do ser pensante em inferir e mesmo conectar os objetos no pensamento. Essa causalidade em Hume é apresentada antes para compreendermos melhor o conceito, o que depois facilitará uma distinção da causalidade segundo Kant e a sua contraposição a Hume.

A necessidade de uma ação da matéria ou do espírito não é, propriamente falando, uma qualidade no agente, mas em qualquer ser pensante e inteligente que pode considerar a ação, e ela consiste principalmente nas determinações de seus pensamentos para inferir a existência desta ação a partir de alguns objetos precedentes (HUME, 1999, p. 66)

Segundo Danilo Marcondes, a causalidade para Hume não pode ser conhecida pelo ser humano, ficando somente a evidência entre os objetos através dos efeitos, mas não a relação de causa em si. Ele diz que,

Quando dizemos que um objeto está conectado a outro, isso significa apenas que eles adquiriram uma conexão em nosso pensamento, dando origem à inferência pela qual um se torna prova de existência do outro. (MARCONDES, 2007, p. 108).

Hume partia da noção de que a causalidade vinha da concepção e do cunho indutivo por partir de premissas fora do alcance, premissas *a priori*. Por exemplo, o que nos garante que quando uma bola de bilhar bate na outra essa irá se mover? Qual a condição *a priori* para dizermos que o que causou o movimento de uma bola foi o choque da outra? E porque nós deveríamos acreditar que isso vá sempre acontecer? Não há garantia dessa conexão como sendo *a priori*. Para Hume, a causalidade é só um hábito. Kant responde a essa noção expondo que a causalidade é condição necessária da possibilidade da própria experiência. Em Kant, até a lei da causalidade é elemento componente da razão humana, o que difere de Hume. Pois segundo Hume, o ser humano não possuiria capacidade de experimentar tal elemento.

3.1 A AÇÃO DE INFERIR ATRAVÉS DO PENSAMENTO.

Quando se menciona que um objeto adquire conexão no nosso pensamento, ele passa ao pensamento uma condição de responsabilidade por conectar os objetos com os dados *a priori* do entendimento. Entretanto, nos argumentos acima citados por Danilo Marcondes, não há uma possibilidade em relação à liberdade por não especificar se é possível ao ser humano agir de forma a começar uma nova causalidade sem efeito. Kant vai contrapor Hume ao esclarecer que na relação de causa e efeito é justamente onde surge uma condição numênica que dá ao ser humano uma possibilidade de escolher uma nova causalidade livre.

À vontade para Hume é definida como “a impressão interna que sentimos e de que temos consciência quando deliberadamente geramos um novo movimento em nosso corpo ou uma nova percepção em nossa mente (HUME, 2009, p. 435). Contudo, Hume evita especificar como esse movimento causador é relacionado na nossa faculdade da razão. Kant, diferente do que diz Hume, traz uma vontade operadora capaz de gerar uma causa livre no espaço, mas consecutiva no tempo, mesmo sendo uma nova causa no espaço gerando um movimento novo, no tempo ela é a sucessão do evento. Assim, podemos dizer que a liberdade como conceito provem da razão, mas é preciso levar em conta que possuímos a moral como princípio.

Segundo Kremer-Marietti a liberdade é condição da ação moral e, portanto, derivada da razão. Para ela, Kant apresenta a liberdade como conceito proveniente do princípio da lei moral, é uma forma do tempo em nós “A lei é, portanto, a simbolidade suprema, a condição *sine qua non* da humanidade na sua ação e no seu pensamento” (KREMER-MARIETTI, 1990, p. 35). Assim, a forma da causa em nós é em relação à lei o que o tempo é em relação aos princípios *a priori* da sensibilidade.

Essa disposição nos é apresentada por Kant da seguinte forma:

Quando agora [...] me levanto da cadeira, completamente livre e sem a influência necessariamente determinante de causas naturais, até ao infinito, inicia-se absolutamente uma nova série, embora quanto ao tempo seja apenas a continuação de uma série precedente (KANT, CRP, B 478).

A condição do ser humano, através da imaginação ou pensamento de inferir leva à conclusão de que se ele infere há nele uma posição de sujeito agente, orientar a decisão que pode impulsionar uma vontade, e a vontade é a faculdade que pode ser determinada pela razão. É a razão que se relaciona com a liberdade através do agir, possibilitando uma série nova que é autônoma, saindo da cadeia da lei da causalidade. Essa autonomia é uma condição necessária para a liberdade.

Quando ouvimos a palavra lei nos vem logo à mente a relação de causa e consequência, por ser essa uma relação natural, onde todas as ações estão interligadas. Kant expõe que o fundamento para o imperativo categórico, não pode ser encontrado na experiência, mas por meio da noção de dever, resultante da razão formal. Partindo desse pressuposto pode-se vincular à liberdade como caráter universal e necessário a ação moral. Nessa concepção, veremos que Kant não nega a relação entre causa e efeito na natureza, mas o mesmo não pode ser dito nos casos fora do campo empírico. Assim, causalidade em Kant pode ser entendida não só na sua relação com os fenômenos, como também com o númeno.

4 A AUTONOMIA

O termo Autonomia é entendido no senso comum como o que evidencia um elemento principal da vontade humana. Antigamente o termo autonomia era usado para designar entidades políticas que não eram obrigadas a obedecer outra autoridade. Kant dará a esse conceito uma direção diferente do senso comum por expandir ele no campo pessoal. Um indivíduo se torna autônomo quando obedece a uma lei que dá a si mesmo, e que essa lei é proveniente da razão.

A autonomia é a capacidade do homem de agir por total responsabilidade e consciência dos seus atos, de agir através da razão.

De fato, nenhuma coisa possui valor, a não ser o que lhe é assinado pela lei. Mas a própria legislação, que determina todos os valores, deve ter, justamente por isso, uma dignidade, isto é, um valor incondicional, incomparável, para o qual só o termo *respeito* fornece a expressão conveniente da estima que todo ser racional lhe deve tributar. A *autonomia* é, pois, o princípio da dignidade da natureza humana, bem como de toda a natureza racional (KANT, 2007, p. 33).

Agir de maneira autônoma é agir por uma lei que imponho a mim mesmo, e não segundo as leis físicas da natureza, ou a lei de causa e efeito, é uma forma de agir pelo uso da razão. Ser oposto à autonomia é o que Kant define como agir por heteronomia. Agir por heteronomia é agir segundo uma inclinação aos impulsos, ou desejos. Não obstante, a busca por responsabilidade só se dá por haver uma causalidade divorciada da causalidade primeira, a liberdade é uma causalidade numênica, porque está divorciada dessa causalidade primeira, assim podemos dizer que o ser humano é autônomo porque ele é capaz de escolher livremente e com total responsabilidade uma nova causalidade, proporcionando uma nova sequência na cadeia de causa e efeito.

Para Kant agir heteronomamente é tender a uma inclinação ou desejo que não escolhi para mim, mas que influência a escolher segundo a sua necessidade que ela impõe. Em outras palavras, heteronomia é a condição de satisfação dos impulsos que nos são impostos pelas leis naturais. Exemplo, quando se busca estar livre de algum desprazer, só para fugir do incômodo. Sempre que a intenção para o que fazemos for satisfazer um desejo, preferência ou para buscar algum interesse, estou agindo por inclinações, e isso é contrário a autonomia. A autonomia é desta forma, o que podemos

entender como fundamento da dignidade da natureza do ser humano. Exemplo no conceito de respeito.

Kant mencionou o conceito de respeito para especificar como ele é simples efeito e não atividade de uma vontade. Ou seja, temos no respeito uma ação desprovida de inclinações, visto que não sentimos a inclinação e sim o respeito pela ação.

5 A RELAÇÃO DA VONTADE E O DEVER.

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant parte de um princípio quanto às faculdades e suas competências, ele comenta que são destinadas a exercer suas funções de forma destacada, desde que direcionadas da forma certa na sua aplicabilidade. Por conseguinte,

“Quando consideramos as disposições naturais dum ser organizado, isto é, dum ser constituído em ordem a um fim que é a vida, aceitamos como princípio que nele se não encontra nenhum órgão que não seja o mais conveniente e adequado à finalidade a que se destina” (KANT, 2007, p. 24).

O conceito de dever trás contido em si a relação com a vontade boa, pois um se relaciona um com o outro de forma simultânea, de forma que o dever será uma necessidade de agir respeitando uma lei que a razão determina pela moralidade. O valor moral de uma ação reside na intenção.

O agir por dever exige da razão um conhecimento das regras, normas que ditam o comportamento a ser seguido. Entretanto, Kant não se preocupa em criar regras, montar um conjunto de normas para direcionar o ser humano, ele age de forma contrária, ele busca justamente o fundamento de todas as regras, para isso ele usa o exemplo do comerciante e esclarece que o que vai imperar é saber o que está na base da opção pela mentira ou verdade. Ou seja, as máximas das leis morais não podem atender simplesmente a utilidade.

5.1 DISTINÇÕES ENTRE RAZÃO E INSTINTO

Se a preservação fosse o propósito de um ser dotado de razão, de forma a buscar o bem estar da sua vida mais do que atender as funções para quais as faculdades foram destinadas, não seria a razão a faculdade necessária para essa ação, bastaria fazer uso dos instintos para guiar nesse caminho de preservar-se, pois há nos instintos uma predisposição a preservação, como também ao que lhe seja útil, o instinto é mais

eficiente para a preservação do que a razão, por ser o uma condição mais imediatista, voltado à sobrevivência e bem estar.

Tendo em vista a característica da razão, onde a sua aplicabilidade é mais abrangente que a utilidade, partindo do princípio de que o preservar e o bem estar não são função da razão, mas precisamente ação do instinto, podemos dizer que,

[...] a Razão nos foi dada como faculdade prática, isto é, como faculdade que deve exercer influência sobre a vontade, então o seu o seu verdadeiro destino deverá ser produzir uma vontade, não só boa quiçá como meio para outra intenção, mas uma vontade boa em si mesma, para o que a razão era absolutamente necessária, uma vez que a natureza de resto agiu em tudo com acerto na repartição das suas faculdades e talentos (KANT, 2007, p. 25).

Levando em consideração o que já foi dito sobre a razão até o momento, fica claro que há na razão uma capacidade maior de analisar, e mesmo ligar os fatos e regras, sendo seu uso algo distinto do que compete ao instinto.

O ser humano por ser constituído racionalmente é autor das leis que impõe a si mesmo, ou seja, é possível afirma que as leis morais têm origem na razão. O conceito que Kant tem sobre liberdade, a saber, de que a verdadeira liberdade só existe na negação do desejo. Na deliberação racional sobre o instinto. Não fica difícil compreender que cada indivíduo é responsável pela própria ação, levando em conta esse argumento acima, na medida em que o ser humano tem a condição de autonomia no seu agir.

Conceber a razão como faculdade prática, significa considerar que uma boa vontade é uma ação subserviente à razão, que não é inclinada simplesmente a uma necessidade, mas uma vontade boa em si mesma. Dessa forma, entendemos que

[...] a razão, que reconhece o seu supremo destino prático na fundação duma boa vontade, ao alcançar esta intenção é capaz duma só satisfação conforme à sua própria índole, isto é a que pode achar ao atingir um fim que só ela (a razão) // determina (KANT, 2007, p. 26).

Kant diz que a vontade boa é conduzida pelo modo de agir por dever. O que deixa de lado as conformidades e ações contrárias ao dever. Embora a primeira vista pareçam ações iguais, agir dor dever é diferente de agir conforme o dever, pois neste último, o ato pode ser um ato egoísta e coincidir com um ato por dever.

5.2 VONTADE BOA E O DEVER

Uma vontade boa não se mede pela obra ou realização, pois se assim fosse atenderia mais a uma utilidade, também não é pela forma como é traçado seu caminho para chegar a um fim proposto que uma boa vontade se define. Dessa forma vemos que ela se apresenta como uma ação contrária ao utilitarismo. Segundo Kant, a utilidade ou inutilidade não podem ser critério para avaliar se uma ação é ou não boa em si mesma, mas unicamente uma forma de confrontar a ação em relação ao dever.

Com essa definição trazida acima, percebemos que Kant traz no conceito de boa vontade uma relação com o querer, ou seja, a vontade deve ser boa em si, independente das condições que levam a ação, ela não pode ter tendência às inclinações externas ou internas. Essa é uma posição que Kant rejeita o utilitarismo por o utilitarismo ser sempre tendencioso nas escolhas feitas, fica claro que a liberdade é o oposto da necessidade natural.

Podemos entender mais claramente tendo em conta sua aplicabilidade segundo a máxima kantiana. Em outras palavras, agir por dever é agir por uma máxima que tem valor moral em si. Kant esclarece que

“[...] Uma ação praticada por dever tem seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina; Não depende, portanto da realidade do objeto da ação, mas somente do princípio do querer segundo o qual a ação, abstraindo de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada (KANT, 2007, p. 30).

Deleuze menciona o agir kantiano por dever, ao especificar que, “é pela lei moral, unicamente, que nos sabemos livres” (DELEUZE, 2000, Pag. 35). É através dessa noção de liberdade que o imperativo categórico ganha alicerce, levando em consideração que tanto a liberdade como o imperativo categórico são noções e condições necessárias para a obtenção da autonomia por parte do sujeito. Através da liberdade é que se torna acessível as condições para que se torne o imperativo categórico algo de caráter moralmente universal e, portanto, necessário.

Quando se age por dever, a ação pode não ser em conformidade com os desejos, mas será sempre uma boa vontade em si mesma, pois contém valor moral intrínseco. Se uma ação é cumprida por dever seguindo uma lei e é destituída das inclinações, (vontade e desejo), e mesmo assim temos um respeito pela ação, não resta outra determinação capaz da mesma vontade, a não ser objetivamente a lei e subjetivamente um puro respeito a esta lei prática, ou seja, a máxima de obedecer a essa lei.³

Posto que anuncia uma obrigação a respeito de certas ações, é uma *lei* prático-moral. Como, porém a obrigação não contém apenas necessidade prática (como aquela que anuncia uma lei em geral), mas também *necessitação*, então o imperativo pensado é ou uma lei de comando ou uma lei de proibição, conforme o cumprimento ou a omissão sejam representados como dever (KANT, 2007, p. 29).

Quando decido seguir uma lei que impus para mim como máxima que possa ser universalizada, e que faz sentido por possuir uma concordância moral, eu estou escolhendo através da razão, que como visto, é o que possibilita a escolha pela boa vontade, levando em conta o fato que não busca conformidade com o dever, porém age por dever. Esse agir moral contém um princípio de liberdade, pois é um princípio de escolha moral regido por uma lei.

A razão é essa faculdade que me proporciona relacionar as leis e sua aplicabilidade segundo o valor moral. A partir disso, Kant infere que, na medida em que a vontade pode determinar a capacidade de escolha, ela é de fato, a própria razão prática se a razão operar de forma autônoma.

Não fica difícil a distinção sobre o que venha a ser moralmente bom e o que não é, quando são universalizadas as ações. Sabendo que a razão impulsiona o agir de forma a garantir o dever, podemos dizer que a liberdade é o que torna possível a máxima kantiana de que se deve agir segundo uma Lei que possa querer como universal. Pois se “A simples conformidade à lei em geral (sem tomar como base qualquer lei destinada a certas ações) o que serve de princípio à vontade, e também o que tem de lhe servir de princípio, para que o dever não seja por toda parte uma vã ilusão e um conceito

³ Aqui não cabe exemplificar o que venha a ser agir por dever e agir conforme o dever, por não ser essa a nossa intenção no trabalho, pois na própria crítica Kant deixa claro essa diferenciação ao citar o exemplo do comerciante (cf. KANT. CRP, B 397).

quimérico” (KANT, 2007, p.33). A vontade boa é a única coisa que pode ser considerada boa em si mesma, absoluta e incondicionada, isto porque a vontade boa não vai buscar benefícios pessoais para orientar a conduta e as ações humanas. Por este motivo seu valor se pauta na sua intenção e prática do bem. Percebemos assim que, no pensamento kantiano, a vontade boa não tem dependência de um fator externo, ela é boa em si mesma.

6 A LIBERDADE

Kant distingue os dois planos, o do fenômeno e o plano núneno⁴. Porém ele estabelece que no plano dos fenômenos todas as coisas são ligadas a uma causa. Entretanto, o mesmo não pode ser dito no plano numênico, não há como afirmar que as coisas estão interligadas, o que torna a liberdade uma possibilidade quando tomamos a liberdade como um ato racional.

É preciso ter em vista essa condição como possibilidade, para compreendermos como a liberdade é possível, especificamente na *Crítica da Razão Pura*. Kant ao traçar o conceito de liberdade tornará o caminho para esse conceito mais proeminente, pois para ele a razão é “[...] a faculdade de iniciar por si um estado, cuja causalidade não esteja, por sua vez, subordinada, segundo a lei natural, a outra causa que a determine quanto ao tempo” (Kant, CRP, B 561). Quando apontamos para uma faculdade, nesse caso a razão, e falamos que ela é capaz de iniciar uma série casual espontaneamente a nossa faculdade da razão compreende que há um ser livre que pode agir de forma espontânea e criar uma causa livre, surge a ideia de um sujeito agente que deve ser capaz de introduzir novas causas.

O conceito de um sujeito agente, capaz de agir de uma forma livre e sem ser determinado por precedentes e proporcionar novas ações, sem inclinações e desejos, nos tira do plano teórico e nos abre a alternativa do campo prático da razão. Dessa maneira,

“A liberdade é, neste sentido, uma ideia transcendental⁵ pura que, em primeiro lugar, nada contém extraído da experiência e cujo objetivo, em segundo lugar, não pode ser dado de maneira determinada em nenhuma experiência [...]” (Kant, CRP, B 561).

Por esse motivo Kant deixa claro que sua dialética é transcendental, e está direcionada para a condição de possibilidade da razão.

⁴ O plano do fenômeno, em Kant, pode ser entendido como aquilo que se mostra e pode ser conhecido através dos sentidos. Já o núneno é compreendido como o que se torna apreensível somente pelo nosso intelecto.

⁵ O transcendental Kantiano é um conceito que merece uma atenção, por ser um conceito altamente subjetivo, precisamos lográ-lo de forma cautelosa, para não tornarmos o transcendental algo transcendente e, portanto, inalcançável aos sentidos. O transcendente está fora da possibilidade de alcance dos sentidos, suas atribuições esta unicamente sobre a ação da indução e dedução.

É preciso conceituar bem como surge no campo teórico prático a questão do conceito de liberdade, pois “A liberdade no sentido prático é a independência do arbítrio frente à coação dos impulsos da sensibilidade” (Kant, CRP, B 562). A liberdade ganha realidade objetiva, sob ponto de vista prático, porque ao ser determinada em relação à lei de causalidade - lei moral -, passa a ser uma causa que pode ser também atuante no mundo sensível, embora nunca se possa atestá-la para fins de conhecimento teórico.

A terceira Antinomia da *Crítica da Razão Pura*, Kant nos direciona na busca pelo conceito da liberdade, pois ele não vai examinar uma “dialética lógica, que abstrai de todo o conteúdo do conhecimento e que se limita a descobrir a falsa aparência na forma dos raciocínios” (Kant, CRP, B 390).

Kant sai do campo teórico para determinar as inferências e a forma como o condicionado sobrepõe-se ao incondicionado, abre-se a possibilidade de adentrar mais o campo prático, e por assim dizer, a condição de uma “Dialética transcendental, que deverá conter absolutamente *a priori*, a origem de certos conceitos inferidos, cujo objeto não pode ser dado empiricamente e que estão, portanto, completamente fora do alcance do entendimento puro” (Kant, CRP, B 390).

Não podemos perder de vista a liberdade de se inferir a partir de um sujeito agente, que é capaz de propor uma causalidade nova, “com efeito, a razão pura nunca se refere diretamente a objetos, apenas aos conceitos que o entendimento tem desses objetos”. Apesar de não ser uma ideia transcendental é preciso esclarecer que “para a possibilidade do condicionado pressupõe-se, sem dúvida, a totalidade dos conceitos, mas não a das suas conseqüências” (Kant, CRP, B 394). Não podemos conceber a ideia de liberdade como uma realidade objetiva no mundo, por a liberdade ser uma possibilidade que interfere no mundo sensível, o que temos que saber é que a liberdade é um conceito da razão pura prática, que age sobre nossa vontade impulsionando nossas escolhas.

O autor da *Crítica da Razão Pura* mencionará a liberdade e a conceituará como “espontaneidade absoluta das causas, capaz de começar por si mesma uma série de fenômenos” (Kant, CRP, B 348). Seguindo o texto, o veremos conceituar melhor a liberdade ao dizer que,

“Entendo por liberdade, em sentido cosmológico, a faculdade de começar de si mesmo um estado cuja causalidade, não é subordinada

por sua vez, segundo a lei natural, a uma outra causa que determine quanto ao tempo. A liberdade, é, neste sentido, uma ideia transcendental pura que primeiramente, nada contém tomado da experiência e da qual, em segundo lugar, o objeto não pode ser dado de um modo determinado em nenhuma experiência” (Kant, CRP, B 394).

Fica claro que há em nós a capacidade de reconhecerem, através da nossa faculdade da razão, uma lei moral capaz de ocasionar decisões por máximas da vontade, uma condição que nos orienta a tomar posição de como agir sem tender aos desejos. É certo que, quando tomamos consciência dessa lei moral que nos direciona na decisão, sem considerar qualquer impulso das paixões, inclinações naturais ou sentimentos, fazemos uso da razão e distinguimos essas ações, não só levando em conta a lei como fundamento, mas que somos livres nesse agir.

Não há noção de utilitarismo, ou determinismo natural, pois é uma ação espontânea a partir de uma noção de dever, introduzida de forma categórica e exclusivamente pela nossa razão.

Ao percebermos que temos a condição de decidir que devemos agir de tal modo, através da razão, decretamos em nós mesmo a liberdade. Assim, tal reconhecimento só nos foi possível a partir da lei moral e da tomada de consciência de que somos sujeitos agentes da vontade e não meros influenciados pelos sentidos.

Não há como separar a liberdade e a razão por estarem sempre se relacionadas, segundo Kant, a liberdade age segundo a razão e a razão se realiza pela liberdade. É por causa da liberdade que é possível o ser humano resistir aos impulsos e distinguir as inclinações, externas ou internas, e assim escolher segundo pela ação razão. Pois se não houvesse essa ação livre o ser humano não escolheria e seria sempre uma ação condicionada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim deste trabalho, podemos entender melhor como Kant traçou os pontos para chegar ao conceito de liberdade. Vimos que a liberdade é uma ação moral sobre o domínio da razão. Só é possível chegar a uma ação moral livre se no ser humano houver uma condição que torna possível a escolha pela boa vontade. O fundamento que determina à escolha de forma a atender a uma vontade, que não se corrompe com as inclinações exteriores ou interiores, seguido do princípio da autonomia, como ação livre, é o imperativo categórico.

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* Kant traçou os pontos que tornam a moral concebível e sua relação com a vontade. Na *Crítica da Razão Pura*, a formulação do conceito de liberdade tem fundamento na causalidade numênica, uma causalidade divorciada da relação de causa e efeito na natureza, capaz de começar uma nova série de fenômenos a partir de si. Essa relação é um elo que liga a *Fundamentação* a *Crítica da Razão Pura*.

Essa condição de agente livre que a *Crítica da Razão Pura* traz, é uma condição de possibilidade para a liberdade. Se há um agente livre capaz de começar uma nova série sem precedentes, seguindo princípios que ele mesmo determina, há também essa condição de liberdade seguindo os princípios da máxima kantiana e os princípios da autonomia. Quando ressaltamos essa condição de iniciar uma nova causa, compreendemos também que há um agente livre capaz de escolher e ser autônomo nas suas escolhas.

A terceira Antinomia da crítica da Razão Pura, onde Kant traz o conceito de Liberdade, ele fala que “entende por liberdade, no sentido cosmológico, a faculdade de iniciar por si mesma um estado, cuja causalidade, pois, não está por sua vez, segundo a lei da natureza, sob uma outra causa que a determinou quanto ao tempo”. (Kant, CRP, B 394).

A liberdade está sob a natureza e não pode ser determinada a não ser por si mesma e sem imposição, ou seja, ela tem que ser livre de determinismo. Ela como liberdade é uma ação anterior a experiência, livre do encadeamento causal e efeito da

natureza. Quanto ao tempo é consequentemente responsável pela sucessão que segue a partir da ação.

Kant especifica, entretanto, que o ser humano não é livre se a sua ação não atender a todos de forma universalizada. Universalizada no sentido de que sua ação não seja restrita a si própria. Para Kant, a ação tem que ter valor moral universal, de forma que deva ser realizada por qualquer ser humano sem perder seu valor de ação moral.

Nesse caso, a liberdade apresenta uma relação estreita com o conceito da autonomia quando relacionado a uma ação. Por sua vez, a autonomia é um conceito que é alicerce para a compreensão do imperativo categórico. É preciso entender que a liberdade não é livre arbítrio. Liberdade é a possibilidade que o ser humano detém de agir pelo dever. Este agir, quando apropriado, possibilita ao ser humano dominar seus impulsos, deixando-se guiar pela razão, controlando a natureza tanto física do ponto de vista teórico, como a natureza humana do ponto de vista da ação.

Por fim, fica claro que a liberdade é a condição do ser humano de agir e atender a razão. Seria tomar uma decisão contra a razão agir de forma egoísta para atender seus próprios interesses, pois essa ação se adotada pelos demais seres humanos tornaria a vida um conflito de interesses. Kant parte desse princípio para validar sua máxima, também conhecida como imperativo categórico e fundamento da Liberdade.

8 REFERENCIAS

DELEUZE, Gille. **A Filosofia Critica de Kant. Coleção o saber da Filosofia** - edição dos 70 Lisboa, 2009. Tradução de Germiniano Franco.

HUME; David Hume. **Investigação Acerca do Conhecimento Humano.** Coleção Os Pensadores. São Paulo – Editora Nova Cultural, 1999.

KANT, Immanuel. - *DIALÉTICA TRANSCENDENTAL* - **Critica da Razão Pura.** Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian 2001.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Tradução: Paulo Quintela. Edições 70, LDA. Lisboa/Portugal, 2007.

KREMER-MARIETTI, Angele. **A Moral,** Ed. Edição dos 70 - Rio de Janeiro, 1990.

MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein** / Danilo Marcondes. -- 5 ed. Revista. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2007.